



www.enaphem.com



---

## A matemática no Currículo dos Cursos Comerciais da Reforma Campos

---

### The Mathematics Curriculum of Commercial Courses at Reforma Campos

*Sérgio Candido de Gouveia Neto<sup>1</sup>*

*Cristiane Talita Gromann de Gouveia<sup>2</sup>*

#### Resumo

Esta comunicação tem a seguinte questão norteadora: quais interesses permearam a elaboração do currículo dos cursos comerciais da Reforma Campos? Que relações os livros didáticos de Matemática Comercial Financeira apresentavam em relação às disciplinas de matemática dos cursos comerciais? Para responder a esses e outros questionamentos, o presente texto tem como objetivo analisar algumas relações que permearam a elaboração do currículo de matemática dos cursos comerciais da Reforma Campos, bem como, compreender como compreender o papel dos livros Matemática Comercial e Financeira na relação do currículo. Como referencial teórico-metodológico foi utilizado as concepções sobre currículo de Goodson (1995) e as funções do livro didático de Choppin (2004). Os resultados apontam que o currículo de matemática dos cursos comerciais foram baseados nas ideias de Rodolpho Baptista de São Thiago, professor da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) e da Escola Politécnica (Poli).

**Palavras-chave:** Livros didáticos; Ensino Comercial; Matemática Comercial e Financeira.

#### Considerações iniciais

A crise na economia internacional no ano de 1929 teve consequências na economia nacional, dominada pela exportação do café. Anos seguintes, a renda destinada ao setor agrícola começou a ser transferida para o setor industrial e comercial, voltados para o mercado interno (Gouveia Neto, 2015). Dessa forma, com objetivo de subsidiar as mudanças nesse cenário econômico, o governo de Getúlio Vargas lançou um pacote de reformas na área educacional, promovido pelo seu ministro Francisco Campos. Como parte desse pacote, em 1931 foi decretada a

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil. E-mail: [sergio.gouveia@unir.br](mailto:sergio.gouveia@unir.br).

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora do Instituto Federal de Rondônia – Campus de Vilhena, Brasil. E-mail: [thalita\\_hehe@hotmail.com](mailto:thalita_hehe@hotmail.com).

organização do ensino comercial e a regulamentação da profissão de contador (Brasil, 1931). Além da regulamentação da profissão de contador, definia os cursos, seus formatos e currículos, os programas das disciplinas, o regime escolar, bem como estabelecia o papel da superintendência do ensino comercial.

Entre a Reforma Campos (1931) e a Reforma Capanema (1943) no ensino comercial, Gouveia Neto (2015) observou que foram publicados diversos livros de Matemática Comercial e Matemática Financeira no período, sendo que muitos autores seguiram as mudanças propostas pela Reforma Campos.

Nesse contexto, considerando a regulamentação da profissão de contador, bem como os diferentes cursos comerciais, sendo que somente alguns permitiam ao curso superior de Administração e Finanças, entre outras diferenças, questiona-se: quais interesses permearam a elaboração do currículo dos cursos comerciais da Reforma Campos? Que relações os livros didáticos de Matemática Comercial Financeira apresentavam em relação às disciplinas dos cursos comerciais? Para responder a esses e outros questionamentos, o presente texto tem como objetivo analisar algumas relações que permearam a elaboração do currículo de matemática dos cursos comerciais da Reforma Campos, bem como, compreender como compreender o papel dos livros Matemática Comercial e Financeira na relação do currículo.

Para responder esses e outros questionamentos, a presente comunicação tem como objetivo analisar alguns embates e interesses que permearam a elaboração do currículo dos cursos comerciais da Reforma Campos, bem como, compreender como se deu a circulação dele nos livros didáticos de Matemática Comercial e Financeira na época.

## **Referencial Teórico-Methodológico**

Como referencial teórico-metodológico nos apoiamos principalmente nas concepções sobre currículo de Goodson (1995). Para esse autor, o currículo pode ser entendido como um “curso aparente ou oficial de estudos, caracteristicamente constituído em nossa era por uma série de documentos que cobrem variados assuntos e diversos níveis, junto com a formulação de tudo – ‘metas e objetivos’, conjuntos e roteiros – que, por assim dizer, constitui as normas, regulamentos e princípios que orientam o que deve ser lecionado” (Goodson, 1995, p. 117). Seguindo essa perspectiva, entendemos que a Reforma Campos estabeleceu cursos oficiais em diversas áreas do Ensino Comercial, com normas e regulamentos do que deveria ser ensinado. Ainda segundo Goodson (1997), em um currículo, “[...] os atores envolvidos empregam uma gama de recursos ideológicos e materiais à medida que prosseguem as suas missões individuais e coletivas.” (Goodson, 1997, p. 43).

Da mesma forma, nos apoiamos nos estudos de Choppin (2004) sobre o estado da arte relacionada à história do livro e das edições didáticas. Esse autor afirma “que os livros didáticos exercem quatro funções essenciais, que podem variar consideravelmente segundo o ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização”. Duas funções estão relacionadas diretamente ao currículo de um curso, as funções referencial e a ideológica ou cultural. A primeira estabelece que se existem programas de ensino, o livro é uma fiel tradução do programa ou das possíveis interpretações do programa.

Nesta função, o livro constitui-se como “depositário de conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações” (Choppin, 2004, p. 553). Na segunda função, a ideológica ou cultural, como um complemento da primeira, o livro constitui-se como um dos elementos de constituição dos estados nacionais e atuaria na construção das identidades, assumindo um importante papel político.

## **O currículo de Matemática dos Cursos Técnicos Comerciais: interesses e circulação nos livros didáticos**

A Reforma Campos atendia grande parte dos pedidos dos contadores – regulamentação da profissão, fiscalização das escolas e estabelecimento de privilégios aos formados nas escolas de comércio – pelo menos, é isto o que se observa na exposição de motivos de Campos:

A classe de guarda-livros e contadores solicita a regulamentação da sua profissão. Essa reorganização é indispensável sob dois pontos de vista. Por um lado, para sanear e moralizar a profissão, dar responsabilidade e garantias a fim de que se evitem os abusos que tem sido a causa de tantas irregularidades em operações diversas, falências e concordatas. Por outro lado, essa regulamentação permitirá estabelecer privilégios para os diplomados das escolas reconhecidas, permitindo, portanto, que, concedida essa garantia [...] (Campos, 1931, *apud* Gomes Júnior, 2013, p. 45).

Além de atender a classe de guarda-livros e contadores, a reforma Campos pode ter recebido influência do professor Rodolpho Baptista de S. Thiago, professor da Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) e da Escola Politécnica (Poli) na parte do currículo de Matemática. Isto fica evidenciado em uma homenagem prestada a São Thiago, na Álvares Penteado:

[...] Comemorando o primeiro aniversário da morte de Rodolpho Baptista de S. Thiago, a Escola de Comércio “Álvares Penteado”, em sessão solene, realizada em 28 de setembro de 1934, prestou uma homenagem pública à sua memória e inaugurou, nessa data, o seu retrato a óleo. [...] Em nome da Escola de Comércio “Álvares Penteado”, o professor Dr. Paulo de Freitas [pronunciou] estas palavras: Aqui como lá, na “Álvares Penteado” como na Politécnica, demonstrou aquelas qualidades excepcionais de magnífico professor [...]. Foi ele que inaugurou, em nossa Escola, o curso de Matemática Financeira, hoje contemplado na reforma do ensino comercial, em que colaborou na parte da distribuição das cadeiras de Matemática (São Thiago & São Thiago, 1947, p. 24) (Grifo nosso).

De uma forma geral, a Reforma Campos estabeleceu os cursos técnicos de Secretário, Guarda-Livros, Administrador-vendedor, Atuário e Perito Contador. Desses, somente esses dois últimos davam acesso ao curso superior em Administração e Finanças. Os cursos técnicos de Atuário, Perito Contador e o de Administração e Finanças eram de três anos, e os cursos de Guarda-Livros, Administrador-vendedor e Auxiliar de comércio eram de dois anos e somente o curso de Secretário era de um ano.

Desses cursos, os de Atuário e de Perito-Contador estariam mais relacionados aos problemas das falências das empresas, possivelmente um reflexo da crise financeira mundial, conforme já mencionado acima. Assim, a formação de pessoas com novas capacidades de gerenciamento das empresas tornava-se

urgente. Pelo menos isso é o que se observa na exposição de Motivos de Francisco Campos sobre a Reforma:

A organização escolar foi feita para formar homens capazes de manejar as nossas empresas, participar do nosso processo econômico e dirigir para os seus grandes destinos a riqueza pública do Brasil. O ensino comercial tem, no Brasil, uma grande missão de aperfeiçoamento de métodos, de modos de trabalhar. [...]. A reorganização do ensino comercial procurou aparelhar os futuros homens de comércio para a realização desse grande destino (Campos, 1931 apud Gomes Júnior, 2013, p. 45).

A exposição de Francisco Campos percebe-se uma certa organicidade em relação a diversas áreas do ensino comercial, mostrando que os campos estavam interligados. No entanto, nota-se que somente algumas áreas davam acesso ao ensino superior (Atuário e Perito-Contador). Além dessa, que outras diferenças havia entre os diversos cursos técnicos em relação, por exemplo, ao ensino de matemática?

Comparando os cursos de Guarda-Livros e Perito-Contador, os quais pertencerem à área de contabilidade, parecia haver uma diferença entre os programas da disciplina de Matemática. Em primeiro lugar, eram duas as disciplinas de Matemática: a comercial e a financeira. A Matemática Comercial era ensinada no primeiro e no segundo ano do curso de Guarda-livros e primeiro ano do curso de Perito-Contador. Os tópicos desenvolvidos no primeiro ano eram os mesmos para os dois cursos. Em relação à Matemática Financeira, esta era ensinada no segundo ano do curso de Perito-Contador (Quadro 1)

Quadro 1 – Programas das disciplinas de Matemática nos Cursos Técnicos de Guarda-livros e de Perito-Contador, de acordo com o Decreto de 1931 que organizou o Ensino Comercial

|                                   |  |
|-----------------------------------|--|
| DISCIPLINAS                       | PROGRAMA DO 1º ANO (Comum para os dois cursos)   |
| Matemática Comercial <sup>3</sup> | Compra e vendas, percentagens, câmbios; juros e descontos simples;   |
| DISCIPLINAS                       | PROGRAMA DO 2º ANO (Guarda-livros)   |
| Matemática Comercial              | Estudo complementar envolvendo questões de juros compostos, capitalização e amortização de empréstimos;                                |
| DISCIPLINAS                       | PROGRAMA DO 2º ANO (Perito-Contador)   |
| Matemática Financeira             | Juros compostos, capitalização e amortização de empréstimos. Noções de cálculo diferencial e integral. Cálculo das diferenças finitas; |

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Decreto nº 20.158 – de 30 de junho de 1931.

Além dessas diferenças entre os cursos, Gouveia Neto (2020) mostrou que nessa época, a Matemática Comercial e a Matemática Financeira eram duas disciplinas diferentes, mas que posteriormente foram unidas nascendo uma nova disciplina denominada de Matemática Comercial e Financeira. Essa diferença foi notada por meio da análise dos livros didáticos que circularam em períodos anteriores e posteriores a Reforma Campos, principalmente em relação aos títulos, à disposição dos conteúdos, bem como devido a similaridades e diferenças em relação a outros pontos.

Mas qual a importância do livro didático para o currículo dos cursos do ensino comercial? Conforme apontado por Choppin (2004), na função referencial, o livro é uma fiel tradução do programa. Conforme apontado por Gouveia Neto (2005), os

<sup>3</sup> O curso de Administrador-vendedor só tinha a disciplina de Matemática Comercial no primeiro ano. Os demais cursos não tinham a disciplina de Matemática (Brasil, 1931).

textos da época, tais como as obras de Mello e Souza, Cecil Thiré e Nicanor Lemgruber<sup>4</sup>, e também o de Luiz Cavalheiro<sup>5</sup> seguiam basicamente o que estava prescrito na Reforma Campos.

Se por um lado, esses livros de Matemática para os cursos comerciais exerciam a função referencial, por outro, eles também exerciam a segunda função, no caso, a ideológica ou cultural e contribuía para a formação do estado nacional. Na Figura 1, podemos observar isso ao relacionar os símbolos presentes nas moedas do cruzeiro, sendo que os elementos do motivo apontavam para formação de uma identidade nacional.

Figura 1. Símbolos Nacionais presentes no livro Matemática Comercial

| Valor em Cruzeiros | Efígie                      | Motivo                   | Côr      |
|--------------------|-----------------------------|--------------------------|----------|
| 10                 | Getúlio Vargas              | Unidade Nacional         | Verde    |
| 20                 | Marechal Deodoro da Fonseca | Proclamação da República | Rosa     |
| 50                 | Princesa Isabel             | Lei Áurea                | Roxo     |
| 100                | D. Pedro II                 | A Cultura Nacional       | Castanho |
| 200                | D. Pedro I                  | Grito do Ipiranga        | Oliva    |
| 500                | D. João VI                  | Abertura dos Portos      | Azul     |
| 1 000              | Pedro Álvares Cabral        | Primeira Missa           | Laranja  |

Fonte: Mello e Souza, Cecil Thiré e Nicanor Lemgruber (1932)

## Referências

- Brasil. (1931) Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931. *Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-norma-pe.html>.
- Cavalheiro, L. (1939) *Matemática Comercial e Financeira: Contendo noções de Cálculo Diferencial e Integral*. Rio de Janeiro: Pongetti, 409 p.
- Choppin, Alain. (2004) História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e pesquisa*. São Paulo, v.30, n.3, p. 549 566, set/dez.
- DINIZ, Eli. (1999) Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (Orgs.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. p. 21-38.
- Gomes Júnior, A.C. (2013) Breves apontamentos da trajetória do ensino profissional comercial e o pensamento dos clássicos Adam Smith e Jean Jacques Rousseau. *Empreendedorismo, Gestão e Negócios*, v. 2, n. 2, Mar. p. 151-161.
- Goodson, Ivor F. (1995) *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Vozes. 141p.

<sup>4</sup> A obra em questão é a "Mathematica Commercial" publicado em 1932, pela Editora Francisco Alves.

<sup>5</sup> A obra é a "Matemática Comercial e Financeira" publicado em 1939, pela Editora Pongetti.

Gouveia Neto, S. C. (2015). *A Matemática Contábil: das lides comerciais para os cursos secundários técnicos e sua transformação em saber acadêmico no Brasil (1808-1970)*. Tese de Doutorado em Educação Matemática. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista. Instituto de Geociências.

Gouveia Neto, S.C. (2020). O nascimento da disciplina de Matemática Comercial e Financeira no Brasil (1905-1970). *Revista Paranaense de Educação Matemática*, v.9, n. 18, pp. 307-327.

São Thiago, R. B.; São Thiago, L. G. (1948) *Matemática Comercial e Financeira*. 2. ed. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas. 734 p.

Souza, M.; Thiré, C.; Lemgruber, N. (1932) *Mathemática Commercial*. 1. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. 395 p.